

Oficinas para crianças em situação de rua: cartografia das pesquisas em psicologia social

Workshops for Street Children: Cartography of the Investigations in Social Psychology

Talleres para niños en situación de calle: cartografía de las investigaciones en psicología social

Sônia Regina Correa Lages^a ; Marco Aurélio Saraiva Carvalho^b 

^a Professora de graduação e pós-graduação no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil - E-mail: soniarclages@gmail.com

^b Psicólogo, mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil – E-mail: aureliusds@gmail.com

Resumo: A Convenção sobre os Direitos da Criança propôs um novo paradigma que considera as crianças como sujeitos de direitos. No entanto, no Brasil, a efetivação desses direitos ainda parece distante, o que demonstram os indicadores sociais. Com este foco, apresentaremos parte de uma pesquisa que objetivou investigar a produção científica sobre violações dos direitos humanos na infância. Serão apresentadas as publicações que investigaram as atividades desenvolvidas em entidades voltadas para a infância em situação de rua. Utilizando o método estado da arte, a pesquisa incidiu sobre as revistas de psicologia indexadas no portal da Qualis CAPES com a classificação de A1 até C, sendo encontrados dois artigos. Os resultados demonstram a fragilidade das pesquisas da psicologia social na análise das metodologias utilizadas no referido campo de pesquisa, o que dificulta sua colaboração na construção de indicadores para avaliação dos serviços voltados para o atendimento às crianças em situação de rua.

Palavras-chave: Crianças em situação de rua. Instituições públicas.

Abstract: The Convention on the Rights of the Child proposed a new paradigm that considers children as subjects of rights. However, in Brazil, the effectiveness of these rights still seems distant, what the social indicators show. With this focus, we present part of a research aimed to investigate the academic production about human rights violations in childhood. Publications that investigated the activities developed by entities dedicated to street children will be presented. Using the state of the art method, the research focused journals on psychology indexed in the Qualis CAPES index from level A1 to C, and found two articles. The results demonstrate the fragility of the social psychology research in the analysis of the methodologies used in this research field, which hinders its collaboration in the construction of indicators for assessment of services for the care of street children.

Keywords: Children in street situations. Public institutions.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Resumen: La Convención sobre los Derechos del Niño propuso un nuevo paradigma que considera a los niños como sujetos de derechos. Sin embargo, en Brasil, la efectividad de esos derechos todavía parece distante, lo que demuestran los indicadores sociales. Con este foco, presentaremos parte de una investigación que objetivó investigar la producción científica sobre violaciones de los derechos humanos en la infancia. Se presentarán las publicaciones que investigaron las actividades desarrolladas en entidades dirigidas a la infancia en situación de calle. Utilizando el método estado del arte, la investigación se centró en las revistas de psicología indexadas en el portal de Qualis CAPES con la clasificación de A1 a C, encontrándose dos artículos. Los resultados demuestran la fragilidad de las investigaciones de la psicología social en el análisis de las metodologías utilizadas en el referido campo de investigación, lo que dificulta su colaboración en la construcción de indicadores para evaluación de los servicios dirigidos a la atención a los niños en situación de calle.

Palabras clave: Niños en situación de calle. Instituciones públicas.

Como citar o artigo:

LAGES, S. R. C.; CARVALHO, M. A. S. Oficinas para crianças em situação de rua: cartografia das pesquisas em psicologia social. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis. v.52, 2018- DOI: 10.5007/2178-4582.2018v52039803

INTRODUÇÃO

No Brasil, a atenção às crianças em situação marginal percorreu um longo caminho: a catequização jesuítica para diminuir o paganismo na Colônia; a Roda dos Expostos nas Santas Casas de Misericórdia (alternativa para o infanticídio); asilos e orfanatos para os recolhidos nas ruas, com o objetivo de manter a ordem pública e fornecer mão-de-obra barata; as colônias correcionais para reabilitação pelo trabalho e instrução no início do século XX; a criação dos tribunais e juízes de menores na década de vinte que regulamentam sobre o “menor” e o “delinquente”; e a criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), nas décadas de 60 e 70, quando esse menor se torna um problema de Segurança Nacional (dispositivo que enfatiza o controle institucional sobre as crianças e adolescentes em conflito com a lei) (MIRANDA, 2005).

A presença do Estado se fez presente deste as Rodas dos Expostos, quando subsidiava tais projetos com verbas públicas, e em todos os momentos seguintes, com o objetivo de normalizar, controlar, vigiar e punir as situações da infância e juventude que não se enquadravam no modelo de produção capitalista ou apresentavam comportamentos desviantes do que pregava a moral vigente. A reclusão, o isolamento social, os castigos físicos, o encaminhamento para o trabalho agrícola ou industrial (não remunerado ou pagamento de valores baixíssimos), a exclusão social, e a punição

moral foram alguns dos dispositivos para tratar a questão de milhares de crianças e adolescentes pobres e sem acesso aos bens públicos e culturais.

As mudanças passaram a ocorrer a partir dos anos oitenta com a ampliação do espaço político relacionado às decisões governamentais no campo social, redirecionando as políticas sociais com prioridade ao atendimento dos segmentos de baixa renda. Uma série de denúncias de injustiças cometidas contra crianças e adolescentes, por parte dos movimentos sociais e outros agentes envolvidos, inauguram um novo momento, inscrito na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), em que a criança passa a ser reconhecida como sujeito de direitos. (PEREZ; PASSONE, 2010). Mas é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990) que vem reafirmar essa defesa, considerando o atendimento àqueles sujeitos como parte integrantes das políticas sociais. Com ele surgem os Conselhos Municipais de Direitos e Tutelares, e o século XXI se inicia com as crianças e adolescentes tendo seus direitos legalmente reconhecidos. (RIZZINI; PILLOTTI, 2009).

O ECA substitui a repressiva doutrina do Código de Menores de 1979¹, instaurando novas referências políticas, jurídicas e sociais. Definindo que toda criança e adolescente tem direito à proteção integral, considerando-os como sujeitos de direitos individuais e coletivos, cuja responsabilidade é da família, do Estado e da sociedade, a categoria “menor” é banida do arcabouço conceitual e jurídico, inaugurando uma nova noção de criança e adolescência e incorporando os preceitos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989. (PEREZ; PASSONE, 2010). Contudo, se os avanços foram consideráveis em termos legislativos, a realidade vem mostrando que existe uma enorme distância entre o que é prescrito nas leis e a realidade daquelas crianças.

Dados do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), apontam que no Brasil existia, em 2011, 20 milhões de crianças entre zero e seis anos de idade, e que cerca de 45% delas vivem em famílias cuja renda *per capita* está abaixo da linha da pobreza, e ainda, que 60%

¹ Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979 (BRASIL, 1979)

delas são negras ou pardas e que enfrentam índices de pobreza mais elevados do que as crianças brancas.

No campo da saúde, cerca de 4,8 milhões de crianças de até 14 anos estão seriamente expostas a riscos de doenças, pois residem em domicílios sem estrutura de saneamento básico ou em condições inapropriadas. Quanto ao trabalho infantil, em 2011, 3,7 milhões de crianças e adolescentes brasileiros entre 5 e 17 anos estavam trabalhando. (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS).

Outra pesquisa, realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (2011) -, em 75 cidades do país, abrangendo capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes, identificou 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua nestes municípios. Dessas, 59,1% trabalham nas ruas (e dormem na casa de sua família); 23,2% dormem nas ruas, 2,9% dormem temporariamente em instituições de acolhimento e 14,8% circulam entre esses espaços.

À situação de pobreza e falta de acesso aos bens públicos se alinham a outras violações dos direitos das crianças e que diz respeito: ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; à violência física; à negligência; à violência psicológica; à exploração sexual; à prostituição infantil; ao turismo sexual; ao tráfico de corpos; à situação de rua e sua relação com as drogas. Diante desse quadro, é inegável a importância da psicologia e sua disponibilidade na prestação de serviços de utilidade e de interesse público para a sociedade brasileira, no campo dos direitos da criança e do adolescente.

O levantamento realizado pelos Conselhos de Psicologia (2001, 2005) apontou o despreparo dos profissionais psicólogos para trabalhar com políticas públicas devido à falta de conteúdos, disciplinas e estágios, e o viés psicanalítico, na maioria das vezes, voltados para a interioridade do sujeito sem considerar a rede de subjetividade que o envolve. No entanto, o que se espera é que a formação em Psicologia possa contribuir para a construção de profissionais atentos à realidade brasileira, voltados para a construção de novos conhecimentos e metodologias. E diante da realidade das crianças no Brasil, o compromisso da Psicologia é coletivo, ético e urgente (CREPOP, 2009).

A contribuição das pesquisas, por sua vez, é de fundamental importância para a aquisição de conhecimento sobre determinado tema e sua socialização, uma vez que possibilitam a construção de

uma reflexão crítica, orientam as práticas profissionais e norteiam as políticas públicas. Por sua vez, os balanços periódicos do estado das produções se apresentam como facilitadores das futuras pesquisas e práticas, uma vez que detectam teorias e métodos; colocam em relevo determinados aspectos dos sujeitos e tema estudados; apontam as continuidades e discontinuidades teórico-metológicas; economiza o tempo do levantamento bibliográfico sobre o tema e auxilia no desenvolvimento de novos paradigmas. (ROMANOWSKI; ENS, 2006; FERREIRA, 2002).

Diante disto, apresentamos parte de uma pesquisa, que teve o objetivo de investigar a violação dos direitos humanos na infância. Aqui serão apresentados os trabalhos, no campo da psicologia social, que investigaram as atividades desenvolvidas pelas próprias entidades que acolhem crianças em situação de rua. Esse recorte justifica sua importância a partir da necessidade das casas acolhedoras irem além das práticas assistencialistas, oferecendo atividades que propiciem aos seus usuários novas perspectivas enquanto sujeitos, através da preparação para o trabalho, para a educação e para a construção de uma reflexão crítica sobre a construção dos processos de exclusão social.

MÉTODO

A referida pesquisa, que possui caráter exploratório, fez uso do método “estado da arte”, que possibilita a identificação das abordagens predominantes, das pesquisas-intervenções, os conceitos predominantes, além de proporcionar um histórico das pesquisas realizadas. Colabora, ainda, ao apontar os vazios temáticos nas construções teóricas (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Neste trabalho, serão apresentados os dados levantados nas Revistas de Psicologia (em interface com o social), indexadas no portal da Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a classificação A1 até a classificação C. Esclarecemos que para selecionar as revistas a partir de sua interface com o social, consideramos a missão das revistas alinhadas à psicologia social crítica, e que para isto, foi realizada a leitura do foco e escopo das mesmas. A investigação utilizou um rol de trinta palavras-chaves para a localização dos textos, com

uma série de termos relacionados às situações vividas pelas crianças e às denominações dadas a elas. Em seguida foi procedida a leitura dos resumos, identificando o tema e a metodologia utilizada.

Informamos que em sua perspectiva social-crítica, a psicologia social procura desvendar as ideologias que estão por detrás dos comportamentos sociais, sejam grupais ou institucionais, considerando os contextos históricos e culturais em que esses sujeitos/instituições estão inseridos. Ela defende a ideia da indissociabilidade entre a teoria e a prática, chamando o psicólogo para assumir seu compromisso com os problemas sociais e opressões sofridas pelos sujeitos e comunidades, no sentido da transformação social. (LANE, 2009).

A BUSCA PELA CARACTERIZAÇÃO DA CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RUA

A denominação criança em situação de rua traz alguns transtornos começando pelo enquadramento dentro de uma categoria fixa que simplifica e cria estereótipos para essa população, deixando na sombra toda a complexidade que o espaço da rua produz à vida das pessoas que encontram nela uma forma de viver. (MIRANDA, 2005).

De acordo com Rizzini (2003), o termo "menor de rua" surge da categoria jurídica de menoridade, que, historicamente, caracterizava como menores os indivíduos sujeitos à aplicação que não estarem no gozo de seus direitos como cidadãos, ou seja, legalmente submetidos à tutela familiar ou de outros responsáveis. Outros termos foram sendo adicionados a partir do século XIX, como menores abandonados e delinquentes, sendo alvos de políticas paternalistas voltadas para o controle e a contenção social.

É especificamente a partir dos anos 80 que o conceito de crianças e adolescentes em situação de rua passa a ser objeto de discussão entre os pesquisadores da área. De uma forma geral, os debates que envolvem os conceitos tentam compreender os vínculos que as crianças possuem ou não com seus familiares; o espaço da rua como sendo um mundo de experiências, afeto, socialização, lazer, trabalho; e estes são atravessados por outra imensidade de recortes que dizem respeito a gênero; faixa

etária; sexualidade; escolaridade; tipo de trabalho realizado; participação em programas de cuidados; envolvimento com drogas e tráfico; tipo de relação que mantém com a comunidade; a rua como lugar de moradia ou não, dentre outros.

Alguns autores, por exemplo, propõem a diferenciação conceitual entre “crianças de rua” e “crianças na rua” (BANDEIRA et al., 1994; RAFFAELLI, 1996) para evitar problemas metodológicos. O primeiro grupo (crianças de rua) seria formado por meninos e meninas, bem como adolescentes, que não possuem vínculo familiar, isto é, que abandonaram ou foram abandonados pela família e para as quais as ruas representam local de moradia, trabalho, lazer e relações afetivas. Alves et al. (2002) caracterizam os componentes deste primeiro grupo pela aparência de abandono, os aspectos de descuido e de falta de higiene, o vagar pelas ruas sozinhas ou em grupo, desacompanhados de um adulto responsável.

O segundo grupo (crianças na rua) seria constituído por aqueles que ficam grande parte do dia nas ruas, trabalhando, pedindo esmolas e brincando, utilizando os recursos obtidos para a sobrevivência própria e da família. Martins (1996a, 1996b) discute os vários critérios definidores para o uso do conceito de crianças na rua, tanto os propostos por instituições como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), como por diversos pesquisadores. Sua posição é a de que os estudos tipológicos devem considerar, ainda, a família e a sociedade em que a criança está inserida. Neste segundo grupo, as crianças voltam para casa ao final do dia, possuindo ainda um vínculo familiar. Segundo Rafaelli (1996,), a fronteira entre esses dois grupos é permeável e muitas crianças alternam-se entre eles, especialmente nos primeiros períodos de vivência nas ruas. (CAMPOS; DEL PRETTE; DEL PRETTE,, 2000).

Estudos como o de Neiva Silva e Koller (2002a), contribuíram para a caracterização de crianças e adolescentes em situação de rua, tendo como base cinco aspectos: a vinculação com a família; a atividade exercida; a aparência; o local em que se encontra a criança e o adolescente; e a ausência de um adulto responsável junto à mesma. Esses estudos serão a seguir apresentados de forma objetiva, mas atentamos para o fato de que essas categorizações são problemáticas, pois existe uma

diversidade de contextos vividos por essa população que não são abarcadas pelas pesquisas realizadas.

A vinculação familiar é um processo dinâmico, e nem sempre aponta para o abandono dos pais, e sim, na maioria das vezes, pela miséria econômica e afetiva. Ao chegarem ao espaço da rua, as atividades das crianças e jovens podem ser lícitas ou ilícitas, e vão desde pedir esmolas, brincar, perambular, dormir e trabalhar, até seu envolvimento com o comércio de drogas, exploração sexual, roubo, e prostituição.

Já a aparência está “pautada na observação de aspectos exteriores, como vestimenta e higiene, o qual pode indicar a ausência de um cuidador.” (Ibid, p.217). Por outro lado, os autores dizem que essa marcação gera estereótipos ao descrever as características físicas dessa população, o que leva a confundir crianças pobres brincando na rua com uma criança em situação de rua, sem contar ainda o estigma que isto provoca. Quanto ao local, ele deve ser compreendido como o contexto onde são desenvolvidas as principais relações de socialização das crianças, e não somente como um espaço físico. E já o último aspecto de caracterização da criança em situação de rua, de fato, a quase totalidade das crianças são desacompanhadas de um adulto cuidador, e quanto maior a idade, maior é essa realidade.

No entanto, a busca por um termo que fuja das armadilhas pejorativas, preconceituosas e discriminatórias, faz Rosemberg (1994) adotar o termo “crianças em situação de rua”, quando analisa as causas dessa condição devido às grandes diferenças entre as regiões norte e sul do Brasil. Essa denominação, como indica Rizzini (2003), leva ao entendimento de que elas se movimentam entre diferentes instituições, desde suas casas e instituições acolhedoras, até a rua, na busca de proteção e pertencimento. Esse termo será adotado no presente artigo.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram encontrados 33 artigos com produção entre 1986 a 2010. Esses trabalhos se debruçaram sobre o campo crianças em situação de rua, mas não de forma específica aos objetivos de nossa pesquisa. No entanto, a título de informação, eles trataram dos seguintes temas: (a) tipologia de crianças em situação de rua (03 artigos); b) políticas públicas e movimento social (02); (c) análise de programas ou atividades que promovem a adesão de crianças em situação de rua (08 artigos); (d) uso de escalas para testagem de emoções e personalidade (02 artigos); (e) trabalho infantil e ocupação do tempo (06 artigos), e (f) análise de crenças, valores e representações sociais (12 artigos).

Doze revistas receberam as referidas publicações: a que mais se destacou foi a Psicologia Reflexão e Crítica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com 11 artigos, o que corresponde a 33,33% da produção total. Nas outras revistas a distribuição se deu de forma equitativa: Psicologia Ciência e Profissão, Conselho Federal e Regional de Psicologia (3); Psicologia em Estudo, Universidade Estadual de Maringá (UEM) (4); Psicologia: Teoria e Pesquisa, Universidade de Brasília (UNB) (1); Estudos de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2); Psicologia e Sociedade, Associação Brasileira de Psicologia Social (2); Academia Paulista de Psicologia (1); Psicologia em Pesquisa, UFJF (1); Paidéia, Universidade de São Paulo (USP) – Ribeirão Preto (1); Estudos de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC – Campinas) (1); Psicologia USP (2); Psico, Universidade de São Francisco (USF), São Paulo (SP) (1); Estudos, PUC Goiás, (1); Estudos e Pesquisas em Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (1); Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, USP: 1.

Importante, ainda, é colocar que o estado que mais realizou pesquisas foi o de São Paulo, com 18,18% das produções, e com uma concentração de 24,24% na região sudeste. As outras foram distribuídas de forma equitativa entre os estados de Goiás (GO), Rio Grande do Norte (RN), Paraná (PR) e Rio Grande do Sul (RS).

Do total dos artigos, e considerando o recorte que nos interessa aqui, a análise das atividades direcionadas às crianças e adolescentes em entidades que acolhem crianças e jovens em situação de rua, 11 artigos foram encontrados, e assim distribuídos: efeito dos contos de fada no desenvolvimento sócio-afetivo: a importância das redes sociais no contexto de drogas: Moura; Silva e Noto (2009); aspectos da dinâmica familiar que fragilizam os sujeitos em situação de rua: Barros et al. (2009); efeitos dos contos de fadas no desenvolvimento sócio-afetivo: Peçanha (2007); percepção de coordenadores de instituições para crianças em situação de rua: Santana, et al. (2005); estudo sociométrico de uma instituição protetora da infância: Conceição e Sudbrack (2004); análise de instituições de proteção às crianças em situação de rua: Santana (2004); atividades das crianças nas ruas: Alves et al. (2002); uso da informática para a aprendizagem: Castro, Moura e Ribeiro (1999); descrição do funcionamento de uma Escola Oficina: Entrevista (1986); construção de metodologia observacional para crianças em situação de rua: Alves (1999); análise dos saberes das crianças em situação de rua: Feres (1998).

Dentre esses, apesar de todas as investigações terem acontecido dentro dos espaços de acolhimento, apenas dois se destinaram a descrever, analisar e avaliar as atividades direcionadas às crianças e jovens que são desenvolvidos pelas próprias entidades em cumprimento às políticas públicas direcionadas para esse público. São elas: Entrevista com Odair Sass (1986) e Santana (2005). Os demais se referem à utilização teórico-metológica para investigar/refletir/intervir em um problema levantado pelos pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação.

A revista *Psicologia, Ciência e Profissão* apresenta a entrevista realizada com Odair Sass, um dos fundadores da Escola Oficina criada em 1985, nas proximidades da Praça da Sé, em São Paulo. A referida escola, de primeiro grau, desenvolvia de forma diferenciada a distribuição do conteúdo curricular, uma vez que as oito séries não precisavam ser sequenciais. O aluno poderia fazer sua matrícula em qualquer período, e a escola montava sua grade de horários de acordo com a disponibilidade dele. Essa disponibilidade considerava os horários que as crianças e jovens estavam utilizando o espaço da rua para sobrevivência.

O objetivo da Escola Oficina era o de oferecer um conjunto de conhecimentos que correspondiam às salas de aula, e que se referiam desde os conteúdos pedagógicos estipulados em lei, até o aprendizado de ofícios como o da marcenaria e de eletricidade.

A título de informação, e de acordo com Ferreira (2014), a partir de 15 de maio de 1986 a Escola Oficina passa a ser desarticulada pelas políticas da Secretaria de Educação, inclusive com a mudança de nome da mesma que passa a se chamar Escola Oficina de 1º Grau Profª. Rosmay Kara José. Em 1991, Orestes Quércia assume o governo e transfere a escola para a Febem/SP.

Já o trabalho de Santana et al. (2004), decorrente de sua dissertação de mestrado, “É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança”, descreve a avaliação dos coordenadores sobre as entidades em que trabalham, assim como sua percepção acerca da infância em situação de rua e sobre os objetivos das crianças e jovens ao procurar os serviços oferecidos a elas. O método utilizado foi a entrevista semi-estruturada e a análise de conteúdo.

Com uma forte influência do ECA, a fala dos coordenadores se distribui entre a necessidade da garantia da sobrevivência física, através da oferta da alimentação àqueles jovens, à necessidade da reinserção social e retorno à família. Por outro lado, apesar destes objetivos, os jovens, na visão dos entrevistados, procuram as entidades para a proteção e alimentação, sendo que a reinserção social e volta para casa parece não estar em seus planos. Sobre isto, Santana diz que a instituição acaba se moldando aos objetivos dos jovens, e não ao contrário, uma vez que não fica claro para as crianças e adolescentes a necessidade da reinserção social. E, ainda, segundo o depoimento de um funcionário entrevistado, parece que a entidade, desde o início, parte do princípio que na disputa com a atração que a rua oferece, ela sempre perde.

Quanto à avaliação dos serviços oferecidos, os funcionários e gestores não souberam dizer a partir de um todo do programa, apenas quanto ao atendimento cotidiano que é ofertado. A reinserção social quase não acontece, devido às deficiências do programa e do atendimento individualizado que se contrapõe com o que as crianças encontram na comunidade e sociedade. Por outro lado, Santana pontua a dedicação e envolvimento daqueles profissionais com a questão da infância em situação de

rua, o que possibilita a construção de sentimentos de proteção, acolhimento e respeito nas crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte realizado que pretendeu apresentar as publicações da Psicologia Social que analisaram as atividades desenvolvidas dentro das entidades que acolhem crianças em situação de rua, permite apontar a fragilidade dos estudos nesse campo, considerando a base de dados em que a pesquisa foi realizada. No entanto, as duas pesquisas encontradas apontam para um conjunto de problemas comuns, e que deixam claro a complexidade dos serviços de atendimento às crianças em situação de rua. Estas questões abrangem desde a falta de recursos, de espaço físico, de recursos humanos qualificados e capacitados, até as ideologias políticas e as políticas públicas que vigoram em determinado período.

A escassez de atividades ofertadas comprometem em grande parte a reinserção social das crianças, uma vez que não estariam sendo atendidos seus direitos à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, assim como o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, como preconiza o ECA. A rua é que continua sendo o espaço para todo esse aprendizado: na rua que se trabalha, seja vendendo drogas, ou o corpo, ou balas; na rua é que se brinca e se diverte; é nela que se relacionam e que aprendem a somar e a dividir - tristeza, comida ou drogas.

Essa situação é condizente com a observação de campo realizada na cidade de Belo Horizonte, quando a situação ainda se torna mais grave, uma vez que a casa que recebia aquelas crianças, o Projeto Miguilim, da Prefeitura Municipal, foi fechado em 2013, sem previsão para sua reabertura. Essa informação foi repassada por um funcionário da Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Belo Horizonte, por telefone, uma vez que ao ser visitado por alunos desta pesquisa, a casa de acolhimento estava desativada.

Essas considerações demandam ações mais amplas, programas de governo que invistam de forma contínua e permanente na inserção social daquelas crianças de forma digna. Esse investimento em muito minimizaria o trabalho infantil e o aliciamento de crianças e adolescentes no tráfico e em tudo que dele decorre.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. B. *et al.* A construção de uma metodologia observacional para o estudo de crianças em situação de rua: criando um manual de codificação de atividades cotidianas. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 4, n. 2, p. 289-310, 1999. disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan 2015.

ALVES, P. B. *et al.* Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 18(3), p. 305-313, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000300010&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-37722002000300010. Acesso em: 26 jan 2015.

BANDEIRA, D. R.; KOLLER, S. H., Hutz, C. S., & Forster, L. O cotidiano de meninos e meninas de rua. **XVII International School Psychology Colloquium**, Campinas, São Paulo, 1994.
BARROS, Paula Cristina Monteiro de et al. Era uma casa...!? discurso, dinâmica familiar e contingências da rua. **Psicologia em Estudo**, 14(3), p. 447-453. Retrieved July 13, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000300005&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1413-73722009000300005. Acesso em 26 jan 2015.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1979). **Lei nº 6667**, de 03 de julho de 1979. Dá nova redação ao caput do art. 843 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5452, de 1º de maio de 1943. 1979.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1990). **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990.

CAMPOS, Tatiane Neme; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. (Sobre)vivendo nas ruas: habilidades sociais e valores de crianças e adolescentes. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 13 (3), p. 517-518, 2000. Acesso em 02 mar 2015.

CASTRO, Claudia Rabello de; MOURA, Maria Lucia Seidl de; RIBEIRO, Armando. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 241-258, 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 jan 2015.

CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA - CIESPI. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/>. Acesso em 16 dez 2014.

CONANDA. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –, 2011. Disponível em: conanda@sdh.gov.br. Acesso em 18 dez 2014.

CREPOP. CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Serviço de proteção social a crianças e adolescentes - vítimas de violências, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo**. Conselho Federal de Psicologia, 2009.

ENTREVISTA. Como aprendem os meninos de rua?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 6(1), p. 5-8, 1986. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931986000100002&lng=en&tlng=pt.10.1590/S1414-98931986000100002. Acesso em 12 jan 2015.

CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. Estudo sociométrico de uma instituição alternativa para crianças e adolescentes em situação de rua: construindo uma proposta pedagógica. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 17(2), p. 277-286, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000200015&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0102-79722004000200015. Acesso em 12 jan 2015.

FÉRES, Nilza Rocha. Meninos e meninas na rua eles fazem o que sabem, mas não sabem. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, 18(2), p. 46-55, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000200007&lng=en&tlng=pt.10.1590/S1414-98931998000200007. Acesso em 12 jan 2015.

FERREIRA, Karen Danielli Magri. A Escola Oficina do Parque São Pedro em São Paulo: uma escola para menores. In: **Imagens da Educação**, 4 (1), p. 52-64, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/22531>. Acesso em 20 jan 2015.

FERREIRA, Norma Sandra Almeida. As pesquisas denominadas “estados da arte”. In: **Revista Educação & Sociedade**, 79, ano XXIII, 2002.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: Del Priore, M. (Org.). **Histórias das Crianças no Brasil**, p. 177-191. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

LANE, S.; CODO, W. (orgs). **Psicologia social** – o homem em movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009, p. 10-19.

MARTINS, R. A. Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 9, 101-122, 1996a.

_____. Crianças e adolescentes em situação de rua: Definições, evoluções e políticas de atendimentos. In: S. H. Koller (Org.), **Aplicações da psicologia na melhoria de qualidade de vida**, p. 35-44). Porto Alegre: ANPEP, 1996b

MIRANDA, Sônia Guariza. (2005). **Criança e adolescente em situação de rua. Políticas e práticas pedagógicas do poder público em Curitiba**. Tese de doutoramento, Pós-graduação em Educação, UFPR, 2005. Disponível em: em <http://www.nupe.ufpr.br/sonia.pdf>. Acesso em 02 fev 2015.

MOURA, Yone Gonçalves de; SILVA, Eroy Aparecida da; NOTO, Ana Regina. Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. In: **Psicologia em Pesquisa**, (01), p. 31-46, janeiro-junho, 2009. Disponível em: em <http://www.ufjf.br/psicologiaempesquisa/files/2009/11/v3n1003.pdf>. Acesso em: 02 fev 2015.

NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S., H. A rua como contexto de desenvolvimento. In: CARVALHO, Ana Maria Almeida; LORDELA, Eulina da Rocha; KOLLER, Silva Helena (org.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo. Casa do Psicólogo. 2002a

PEÇANHA, Dóris Lieth. Oficinas literárias com crianças em risco psicossocial. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, 27(1), p. 83-94, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2007000100013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 05 fev 2015.

PEREZ, José Roberto Rui; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 40 (140), p. 649-673, 2010.

RAFAELLI, M. Crianças e adolescentes de rua na América Latina: Artful Dodger ou Oliver Twist? In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 9, 123-128, 1996.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade**. Caxambu: Fundação Carlos Chagas, 1994.

SANTANA, Juliana Prates et al. É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança. In: **Psicologia Estudos**, Maringá , v. 10, n. 2, ago. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 fev 2015.

SANTANA, Juliana Prates et al. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. In: **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre , v. 16, n. 2, ago. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 fev 2015.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar as crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. (Org.). **Vida nas ruas, crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2003.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda. Teodoro. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**. agosto, 2006. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=189116275004>. Acesso em 12 jan 2015.

ROSEMBERG, F. **Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade**. Caxambu: Fundação Carlos Chagas, 1994.

SANTANA, J. P. et al. É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança. In: **Psicologia Estudos**, Maringá , v. 10, n. 2, ago. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 fev 2015.

SANTANA, J. P. et al . Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. In: **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre , v. 16, n. 2, ago. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 fev 2015.

SASS; O. Como aprendem os meninos de rua? In: **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 16, n1, Brasília, 1986.

SINTESE DOS INDICADORES SOCIAIS. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/infancia-e-juventude/primeira-infancia-indicadores-de-vulnerabilidade>. Acesso em 25 jan 2015.

Histórico

Recebido em: 20-7-2015

Revisado em: 31-10-2017

Aceito em: 26-2-2018